

SEMENTES DE FUTURO: MEMÓRIA, CULTURA E RESISTÊNCIA NO MST

por

Adelaide Gonçalves¹

Resumo: Ao redor das memórias das Ligas Camponesas, no nordeste do Brasil, no meado do século XX, abordamos os sentidos das lutas do passado e do presente contra a violência do latifúndio, do Estado e em defesa da reforma agrária popular. Na formação do MST observamos sua territorialização por meio da luta de Ocupação, gestando o Acampamento e quando cada Assentamento conquistado afirmam o MST como um movimento socioterritorial. Examinando a conjuntura dos anos 1980, observando nas raízes do MST, a cultura sociorreligiosa do Cristianismo da Libertação e seguindo a elaboração sistemática do MST, em seus coletivos de Educação, Arte e Cultura, destacamos, a reflexão sobre a Mística, as Marchas e a Pedagogia da Terra como vivência, como experiência humana densa. Em destaque os conteúdos da memória social ativando o compromisso de luta no tempo presente e expressando os valores nos ritos, nos símbolos e nas consignas de convocação e evocação.

Palavras-chave: MST; Memória Social; Pedagogia da Terra.

Abstract: Around the memories of the Ligas Camponesas, in Northeast of Brazil, in the mid-twentieth century, we approach the meanings of the past and present struggles against landlordism violence and the state, as well as defense of popular land reform. In MST's formation we observed its territorialization through the Occupation struggle, managing the Camp and when each settlement conquered affirm the MST as a socio-territorial movement. Examining the situation of the 1980s, noting the MST's roots, the socio-religious culture of Christianity Liberation and following the systematic production of the MST, in their collective of Education, Arts and Culture, we highlight, reflection on the Mystic, Marches and the Land's Pedagogy as an important experience, as a visceral human experience. We bring out the contents of social memory activating the commitment of struggle in the present time and expressing the values in the rites, symbols and records of convocation and evocation.

Keywords: MST; Social Memory; Land's Pedagogy.

¹ Professora Titular do departamento de História da Universidade Federal do Ceará. Este artigo, em parte, retoma os excertos de pesquisas apresentados na Conferência Memória, Cultura e Devir, em Lisboa, maio de 2018 e doutra parte remete a apontamentos desenvolvidos em Adelaide Gonçalves, “*A gente cultiva a terra e ela cultiva a gente. Uma História do MST*”. In *O Brasil Republicano. O Tempo da Nova República. Da Transição Democrática à Crise Política de 2016. Quinta República (1985-2016)*, cordenado por Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018).

Durante esses anos difíceis, quando as pessoas do mundo foram subjugadas a uma ofensiva neoliberal pelas forças concentradas e coordenadas do poder estatal-privado, o MST tem sido um clarão de esperança para os que sabem que um mundo diferente e muito melhor é possível.

Noam Chomsky².

A formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST se religa a história das lutas camponesas no Brasil e na América Latina, construindo liames entre as experiências do passado e as práticas no tempo presente. Tal se observa na nomeação dos Acampamentos e Assentamentos, na marcação do tempo recuperando um calendário da luta social de molde internacionalista, no impulso criativo das artes e da cultura camponesa, quando a canção, o verso, a poesia, a literatura, o teatro, ativam as *estruturas de sensibilidade*. As origens do MST se ancoram no sentido do legado, na recolha das experiências do passado. Resultam também das “artes da resistência” como se estuda na história social e na antropologia, como em Paula Godinho³. O excerto seguinte recolhido de um caderno de memórias do Movimento diz com a sabedoria e a criatividade do povo, as *brechas de resistência* por onde a luta extravasa:

Mas, não há repressão que consiga controlar o povo Sem Terra todo o tempo e nem em todos os espaços. A criatividade do povo sempre encontra uma brecha e nela constrói um novo caminho de luta, de resistência. Assim, após ser duramente massacrada pelo golpe militar de 1964, a luta começa a pipocar (...) em várias partes do Brasil. É difícil saber, quando o fundo da panela esquenta, qual a pipoca que estalou primeiro. É difícil saber, na luta do povo Sem Terra qual foi sua primeira ação. Algumas soam mais fortes e se tornam uma semente de novas lutas e um marco da caminhada do povo. Muitos consideram que a semente do MST é plantada de 6 para 7 de setembro de 1979, ainda em plena ditadura militar, na ocupação da Fazenda Macali, no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Aí se iniciou a gestação do MST, (...) até seu nascimento em 1984⁴.

² Depoimento em “Organizações e amigos parablenizam 30 anos de vida e luta pela terra do MST”, publicado no sítio do jornal Brasil de Fato. Acedido em janeiro, 2014: <https://www.brasildefato.com.br/node/27179/>.

³ Paula Godinho, *O Futuro é para Sempre, Experiência, Expectativa e Práticas Possíveis* (Lisboa/Santiago de Compostela: Letra Livre/Através Editora, 2017).

⁴ MST, *Caderno de Educação*, 11 (2004): 5-6.

Em sua análise, Bernardo Mançano Fernandes aponta o fato novo no modo de organização do MST: sua territorialização por meio da luta de Ocupação e, quando cada Assentamento conquistado é uma fração do território dos Sem Terra, caracterizando, assim, o MST como um movimento socioterritorial. Em síntese, da Ocupação da terra nasce o MST, no contexto da luta contra a ditadura civil-militar de 1964 e pela democratização da sociedade brasileira⁵.

A luta de resistência dos Sem Terra contava com o apoio de setores da Igreja Católica, como a Comissão Pastoral da Terra – CPT, que examinando a conjuntura da década de 1980, destaca a luta do MST e a *reivindicação teimosa do povo*⁶, de bispos como dom Tomás Balduino e dom Pedro Casaldáliga, de sindicatos e movimentos populares urbanos, como no apoio e solidariedade na Encruzilhada Natalino. Para Dom Tomás Balduino, o MST

trouxe a novidade da organização da ocupação massiva, (...) com a inarredável certeza da vitória contra o latifundiário e até contra o próprio governo. E esta ocupação parece que veio para ficar. Curiosamente, assim como a ocupação mansa e pacífica do negro quilombola e do camponês criou lei, esta ocupação atual de comunidade toda, de homens e mulheres, de adultos, jovens e crianças, de famílias inteiras, está abrindo um caminho novo à interpretação da lei e à mudança da própria lei. Em todo caso, o que existe atualmente de Reforma Agrária no Brasil vem destas ocupações de terra⁷.

“A greve dos Sem Terra é a ocupação”. Esta é uma percepção militante, sobre a Ocupação em sua dimensão coletiva, desde a mobilização, até derrubar, cortar a cerca e ocupar o latifúndio, fazendo brotar o Acampamento. O Acampamento da Encruzilhada Natalino transformou-se em símbolo de resistência à ditadura. Na anotação de Michael Löwy, como síntese: desde o começo – o combate épico do Acampamento Encruzilhada Natalino: mil dias de confronto com os militares, autoridades locais e nacionais (1981-1983) – o Movimento introduziu novos métodos

⁵ João Pedro Stédile e Bernardo Mançano Fernandes, *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil* (São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 1999), 23. O livro citado, resulta de um diálogo (como entrevista) entre Bernardo Mançano Fernandes e João Pedro Stédile; constituindo fonte relevante para situar os principais elementos a considerar na formação e trajetória do MST.

⁶ Comissão Pastoral da Terra, *1985: Conflitos de Terra no Brasil* (Belo Horizonte, MG: Secretariado Nacional da Comissão Pastoral da Terra; Sociedade Editora e Gráfica de Ação Comunitária, 1986), 14-15.

⁷ D. Tomás Balduino, “Povo de Deus em Marcha”. In *Dom Tomás é Terra e Dignidade*, organizado por Antônio Canuto, Cristiane P. Melo e Silva e Frei José F. Alves, (São Paulo: Expressão Popular, 2014), 7.

de luta; as ocupações, e o estabelecimento de Acampamentos democraticamente autogeridos⁸.

As Ocupações configuram um novo modo de resistência ao avanço do capitalismo no campo e ao processo de migração forçada, de expulsão dos camponeses. Desde o início, a força das Ocupações é duramente combatida pela mídia corporativa, o que reforça a sanha dos latifundiários. O Acampamento, nova forma de pressão e luta por direitos, é também o território onde se ativam os laços de solidariedade com os trabalhadores da cidade. Acampar à margem de rodovias, em praças públicas, nas sedes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA e dos governos estaduais, eis um fato novo.

O desenho dos Acampamentos pode ser visto nos testemunhos registrados no *Jornal Sem Terra* e outras publicações do MST, demonstrando este novo jeito de reunir em Assembléias, de celebrar a vivência em coletivo, por meio da Escola Itinerante, da formação das brigadas, dos núcleos de base realizando as tarefas comunitárias de limpeza, alimentação, segurança, entre outras; do sentido da Bandeira e do Hino do Movimento, propondo a música em coro dos gestos e das palavras, desejando um horizonte de esperança. Argumentos da pedagogia do gesto e de sua cultura de resistência constituem matéria de encorajamento e júbilo. Os hinos, o estudo, a leitura, as canções de luta, revelam também uma intencionalidade pedagógica na poesia cantada⁹. Os lemas dos Congressos Nacionais do Movimento – *Ocupação é única solução! Ocupar, resistir e produzir! Reforma Agrária uma luta de todos! Reforma Agrária por um Brasil sem latifúndio! Reforma Agrária, por Justiça Social e Soberania Popular! Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!* – indiciam também, ao longo de seus 35 anos de vida em luta, o acúmulo dos debates e a ampliação da perspectiva em torno da Questão Agrária no Brasil.

O CRISTIANISMO DA LIBERTAÇÃO MOBILIZA E SE DEIXA MOBILIZAR

*É um pouco como se banhar nas águas do futuro –
águas que correm no sertão ressequido.*

Clodovis Boff¹⁰

⁸ Michael Löwy, *O que é Cristianismo da Libertação: religião e política na América Latina* (São Paulo: Ed. Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016).

⁹ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, *Cartilha Cantares da Educação do Campo*, 2006.

¹⁰ Clodovis Boff, *Cadernos Fazendo a Nossa História* (Diocese de Crateús. Crateús, maio de 1989).

No fio da história sobre as raízes do Movimento, é de destaque o argumento de Michael Löwy, apreciando o MST no Brasil como um “dos melhores exemplos do impacto social do Cristianismo da Libertação”. Para o autor, “perfeitamente secular e não confessional, o MST fixa suas raízes na cultura sociorreligiosa do Cristianismo da Libertação. Nesta linha, em que a Comissão Pastoral da Terra – CPT *mobiliza e se deixa mobilizar*, proclama seu engajamento pastoral junto aos pobres do campo, e se afirma “fortemente interpelada em sua missão junto aos excluídos do campo”¹¹. O empenhamento do apoio de bispos, padres, missionários e leigos na luta pela terra é ressaltado por Stédile, como um grande avanço do ponto de vista ideológico, embora deva também ser assinalado enquanto “uma autocrítica ao apoio da Igreja Católica ao golpe militar, sobretudo em relação aos camponeses”¹².

Dom Antonio Fragoso, o bispo de Crateús, no Ceará, ressalta naquela Caminhada da Igreja com o rosto do povo, um sentido histórico da Comunidade Eclesial de Base em seu nascedouro, “era um projeto sobre propostas utópicas; um apelo; como toda utopia mobilizadora é um apelo para ser encarnada, ensaiada, exercitada”. Para Antonio Fragoso, esta qualidade das CEB’s tornava possível a participação do “povo do campo, os pequenos, os pobres, os fracos, os oprimidos” assumindo na fala e no gesto o ser “protagonista de sua própria história”¹³.

Para o bispo de Crateús, cuja ação pastoral sempre esteve na mira da ditadura de 1964, é preciso atentar para os significados da emergência de uma profunda consciência histórica de luta por direitos denegados, no âmbito de uma nova compreensão de Igreja ao lado dos pobres: “Quem viveu essa etapa viu e sentiu a densidade e a força que ela teve”¹⁴. Sobre tal densidade e protagonismo dos pobres, Clodovis Boff ao referir sobre a experiência da diocese de Crateús nas décadas 1970 e 1980 assinala: “É um pouco como se banhar nas águas do futuro – águas que correm no sertão ressequido.” Para ele o profundo sentido da Comunidade se constata também “do momento em que o grupo passou o equador da consciência crítica (em que percebe a necessidade e a possibilidade de mudar o sistema de vida) atinge-se então um ponto irreversível. *Quem viu já não pode dizer que não viu*”¹⁵.

¹¹ MST, *Caderno de Educação*, n.º 8. *Princípios da Educação no MST* (1996): 24.

¹² João Pedro Stédile e Bernardo Mançano Fernandes, *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil* (São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 1999), 19-21. Ver em Ivo Poletto, “A mensagem e os compromissos chegaram ao povo de Deus?”. Ivo Poletto, “A CNBB e a luta pela terra no Brasil.”, in *Presença Pública da Igreja no Brasil*, organizado pelo Instituto Nacional de Pastoral (São Paulo: Paulinas, 2003).

¹³ Dom Antônio Batista Fragoso, *O rosto de uma igreja* (São Paulo: Edições Loyola, 1982), 34-35.

¹⁴ Dom Antônio Batista Fragoso, *O rosto de uma igreja*, 147.

¹⁵ Clodovis Boff, *Cadernos Fazendo a Nossa História* (Diocese de Crateús. Crateús, 1989), 35-36.

Sobre trajetórias militantes que se forjam desde a interpelação das Pastorais Sociais nos idos de 1980, João Pedro Stédile rememora seu convívio com Adão Preto, destacado militante do MST:

Conheci nosso querido Adão Preto há mais de trinta anos. Foi numa atividade de pastoral da diocese de Frederico Westphalen, onde ele era um líder de sua comunidade e ministro da eucaristia. (...) Naqueles tempos de ditadura militar, era muito difícil encontrar pessoas corajosas e que se dispusessem a defender os interesses da comunidade. Desde o início admirei-o por sua sensibilidade social, por sua coerência e franqueza. Nos Encontros, costumava colocar em versos singelos as ideias que matutava e as avaliações que fazia da política. (...) Lembro-me dele também, da Romaria da Terra que realizamos em 1981, na Encruzilhada Natalino, em nosso primeiro grande Acampamento. Adão Preto declamou, com um filho pequeno, uma trova gauchesca denunciando as formas capitalistas de exploração dos pequenos agricultores e a necessidade da luta. Impactou todos os mais de vinte e cinco mil participantes¹⁶.

Nas Comunidades Eclesiais de Base uma história de sementeira da palavra da liberdade em tempos de ditadura e repressão, afirmando uma Igreja da Libertação e propondo uma mística da fraternidade. Uma história também da pedagogia da emancipação e da educação popular, como em Paulo Freire, quando a leitura do mundo precede a leitura da palavra, por certo trouxe às práticas do MST não apenas um contributo como ainda a apropriação dos sentidos de vivência comunitária, como se vai observar no desenho dos Acampamentos e Assentamentos e, com repercussão nas formulações sobre a Pedagogia da Terra.

...A MORTE RONDANDO QUAL ONÇA PRONTA PARA O BOTE

O seu cadáver estava cheio de mundo
César Vallejo

Ainda nos começos dos anos de 1970, se vai agravando a perseguição em direção ao trabalho pastoral da Igreja da Libertação. Em vários lugares do Brasil

¹⁶ João Pedro Stédile, in *Calendário Histórico dos Trabalhadores e Trabalhadoras*, organizado por Miguel Stédile, Angelo Diogo Mazin e Janaína Strozake (São Paulo: Expressão Popular, 2012), 269. Ver também Adão Preto, *Queremos Reforma Agrária* (Petropolis: Vozes, 1984).

os “donos de terras e políticos chamam esse trabalho [pastoral] de subversão, de agitação, de comunismo. E procuram impedi-lo diretamente com ameaças e perseguições, ou indiretamente por meio de campanhas de denúncias e de desmoralizações de todo tipo”¹⁷. Os casos de violência se multiplicam. A perseguição é regra nas várias regiões do país. O 22 de junho de 1982 é um dia de Luto em São Geraldo do Araguaia, em face da condenação pelo Conselho de Sentença do Exército da 8.^a Circunscrição da Justiça Militar de Belém dos padres Aristides Camio e Francisco Gouriou e treze posseiros de São Geraldo do Araguaia. São acusados de práticas de “incitamento sedicioso e atentado contra a Segurança Nacional”. A nota da CNBB em defesa dos padres e posseiros, afirma “a convicção de que foi a Ação Pastoral da Igreja que esteve em julgamento”.

A violência no campo é denunciada pela palavra e ação pastoral de Padre Josimo, ele próprio alcançado pelo martírio. De seu relato ressaltam os despejos violentos de centenas de famílias camponesas, casas destruídas, roças queimadas, cereais envenenados, espancamentos, humilhações, vexames, prisões e mortes... De agosto a outubro de 1984, 127 casas foram queimadas, 27 lavradores e 2 agentes de pastoral foram presos, 4 agentes de pastoral processados, 9 líderes de comunidades se obrigam a sair de suas casas, por ameaçados de prisão. “O clima de violência e insegurança invade todas as famílias desde as pessoas mais idosas até as criancinhas”, este o forte relato de Padre Josimo¹⁸.

Sobre estes rudes anos, Dom Pedro Casaldáliga revela que diante de “tanta injustiça, tanta morte absurda (...) *a morte rondando qual onça pronta para o bote*, eu cresci, sobretudo em esperança. Raivosamente. (...) Passei muita raiva neste Mato Grosso e meditei muito, com a boca cheia de água, como quem se afoga...¹⁹. O corajoso Bispo, em conversa com o escritor Antonio Callado, em Ribeirão Bonito, Mato Grosso, em 1978, quando das homenagens à memória do

¹⁷ Assinam a Nota os Arcebispos e Bispos Auxiliares de São Luís e Fortaleza; os Bispos de Caxias, de Parnaíba, de Iguatu, de Crateús, de Oeiras, de Limoeiro do Norte, de Bacabal e de Viana; os Prelados de Pinheiro, de Candido Mendes. CNBB, *Pastoral da Terra* (Coleção Estudos da CNBB. São Paulo: Edições Paulinas, 1976), 130-133.

¹⁸ CPT. Pe. Josimo. *A velha violência da nova república* (São Paulo: Ícone, Comissão Pastoral da Terra, 1986), 52. Padre Josimo Moraes Tavares, vigário de São Sebastião do Tocantins, Coordenador Diocesano da Comissão da Terra, foi assassinado com um “tiro pelas costas, por um jagunço desconhecido” no dia 10 de maio de 1986, em Imperatriz, no Maranhão. Em Nota de Repúdio ao Assassinato de Padre Josimo, assinada também pelo MST, se lia “Este crime não é o primeiro nem na região norte de Goiás nem no Brasil. Centenas de trabalhadores rurais e agentes de pastoral são assassinados a cada ano. Os fazendeiros se organizam e fazem leilões de gado em vários estados para impedir, pelas armas, a execução da Reforma Agrária, dando tempo para a reação dos latifundiários. Nenhum dos crimes cometidos contra os trabalhadores e agentes de pastoral foi até agora apurado” (CPT, 1986), 77-87.

¹⁹ Pedro Casaldáliga, *Com Deus no Meio do Povo* (São Paulo: Edições Paulinas, 1985), 16-17.

padre jesuíta João Bosco Penido Burnier, assassinado em 1976; diz sobre o maior querer dos camponeses pobres do Brasil, naqueles tempos (como hoje): “Todos eles me dizem que querem ‘Sossego’, (...) ficar quietos em algum lugar, sem serem tocados dali pelo fazendeiro, pelo jagunço, pelo dono da empresa, pelo prefeito, pelo juiz. (...) Querem Sossego²⁰.”

Ora, esta clemência por Sossego é expressão sincera em face ao terror que se vai instalando no Brasil, e é o que se observa dos acentuados conflitos pela terra e aumento do número de mortes no campo em vários estados do Brasil, nos anos de 1980. O grau de acirramento por parte dos latifundiários já se demonstrara durante a mobilização em torno do debate e votação do capítulo da Reforma Agrária na Assembleia Nacional Constituinte²¹.

É neste contexto que o latifúndio organiza grupos no Alto Xingu, em Mato Grosso, no Sul do Pará, entre outros lugares, e em 1985, forma a União Democrática Ruralista – UDR, braço armado do latifúndio em sua violência sistemática visando o extermínio de trabalhadores sem terra, posseiros, sindicalistas, agentes de pastoral leigos e missionários, e advogados das causas camponesas. A UDR é agente ideológico e aglutinador político da violência do latifúndio; sua ação armada é articulada na origem por fazendeiros de Goiás, sul do Pará e Maranhão, e, logo espalhando seu rastilho de terror nas várias regiões do país. Um sem número de depoimentos sobre fatos incontestes comprovam a ação da UDR na “compra de armas e na formação de milícias privadas para enfrentar, violentamente, as ocupações de terra”²². A criação da UDR é um sinal evidente da ação armada dos grileiros e grandes proprietários de terra, em conúbio com seu campo parlamentar, contra os movimentos em luta por Reforma Agrária na década de 1980. Aglutinados em torno da velha reclamação de “defesa da propriedade”, as ações criminosas da UDR seguiram impunes, o que confirmaria o consentimento tácito do governo federal e de governos estaduais às ações armadas, ampliando sua rede junto a setores do Congresso, da mídia e do judiciário²³. O drama e o clamor por justiça são imensos! Uma carta endereçada a Clodovis Boff, em abril de 1985, aponta a violência naquelas “fronteiras de morte e prepotência”.

²⁰ Antonio Callado, *Entre o Deus e a Vasilha* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985), 28.

²¹ Comissão Pastoral da Terra, *1985: Conflitos de Terra no Brasil* (Belo Horizonte, MG: Secretariado Nacional da Comissão Pastoral da Terra; Sociedade Editora e Gráfica de Ação Comunitária, 1986), 20-21.

²² Hamilton Pereira, “A expressão paramilitar do latifúndio”. In *A velha violência da nova república, de CPT. Pe. Josimo*. (São Paulo: Ícone, Comissão Pastoral da Terra), 1986.

²³ Comissão Nacional da Verdade. Relatório. *Violações de Direitos Humanos dos Camponeses* (Relatório Volume II, Textos Temáticos, dez. 2014).

Nesse ano de 1985 os pistoleiros nos mataram diversos lavradores na Diocese da Conceição do Araguaia e, recentemente, a irmã Maria Adelaide [Molinari], de Marabá. Enquanto lhe escrevo (25 de abril) persiste o drama de três mulheres e muitos filhos cujos maridos e pais foram sequestrados por 18 pistoleiros, no dia 17 de janeiro deste ano, em São Geraldo. Foram levados para o interior da Fazenda em S. João do Araguaia e até agora o poder público nada faz para resgatá-los vivos ou para devolver seus corpos. O Brasil lascado e sofrido precisa erguer a cabeça e reescrever a história. Às vezes a gente se sente impotente. Somos tão poucos agentes pastorais a serviço dessa população tangida de tantas partes, mergulhada nesses garimpos, nessas matas e campos. A Cúria Romana precisava de um estágio nessas fronteiras de morte e prepotência...²⁴.

MASSACRE DE CORPOS E DE ALMAS

Eles convivem o tempo todo com os fantasmas do dia 17 de abril de 1996. Foram mutilados na alma.

Eric Nepomuceno

Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata.

Eduardo Galeano²⁵

Anos depois, no Pará, as denúncias sobre o funcionamento de uma espécie de *consórcio do crime*, é o que Eric Nepomuceno escutou em sua longa pesquisa na região. A função do consórcio “seria arrecadar fundos para combater o trabalho de gente como frei Henri, como a irmã Dorothy, como os ativistas dos direitos dos que nada têm”. Nesse enquadramento Nepomuceno sublinha a existência no interior do Brasil, de *listas de condenados* – ativistas, trabalhadores Sem Terra, agentes de pastoral, sindicalistas, advogados –, transformados em *mortos ambulantes*. Para Nepomuceno “Além da saga destroçadora, uma outra praga reina, impune ou quase, sobre toda aquela região: a posse ilegal de terra. O volume das fraudes nos registros de imóveis ao longo e através de todo o mapa amazônico,

²⁴ Ricardo Rezende Figueira, *A Justiça do Lobo* (Petrópolis: Vozes, 1986), 10-11.

²⁵ Eduardo Galeano, *O livro dos abraços* (Porto Alegre: L&PM, 2002).

muito especialmente no estado do Pará, é assombroso”²⁶. A grilagem, a fraude nos registros de terra, a ação armada das empresas de segurança a soldo dos grileiros; deste *segredo aberto* resulta o vigoroso testemunho escrito de Binka Le Breton sobre o assassinato da irmã Dorothy Stang, quando “o silêncio da floresta foi rompido por um tiro de revólver calibre 38 (...). O corpo pequenino da freira caiu no chão e ficou ali, deitado na estrada vazia”:

*À medida que os conflitos pela terra aumentavam, um grupo inteiramente novo de personagens surgiu. Primeiro vieram os grandes proprietários de terra: homens de negócios, madeireiros, fazendeiros, negociantes de produtos agrícolas e políticos, tanto da região quanto de muito longe. Eles eram (e são) apoiados por seus capangas particulares, desordeiros ou matadores, membros da Polícia Militar ou das firmas de segurança que manejam as guardas e patrulham as fronteiras, reforçados pelos que lidam com a documentação de terras: cartórios públicos, corretores, advogados, topógrafos e impostores oferecendo terra à venda pela internet. É uma indústria estabelecida de longa data, um segredo aberto que poucas pessoas ousam confrontar*²⁷.

A morte por escravidão é outro drama fartamente documentado; entre os anos de 1980 e 2001, “pelo menos cem trabalhadores que tentaram fugir das fazendas onde eram mantidos em regime de escravidão foram mortos”. Os acusados de manter trabalhadores em regime de escravidão figuram nas listas dos maiores proprietários de fazendas de gado, de enormes fazendas de castanha-do-pará ou de soja. “Nenhum foi preso jamais. Boa parte deles sequer pagou as multas impostas pelos fiscais do Ministério do Trabalho”²⁸.

Neste trabalho, o crescente da violência atravessando décadas de impunidade é argumento também para se compreender a trajetória do MST, perseguido e incriminado em sua luta contra o latifúndio e o agronegócio. A violência é fato cotidiano, basta que se conte o número de famílias acampadas. Entretanto, outra se faz de modo trágico: os Massacres. Em 15 de julho de 1995, 514 famílias, em Corumbiara, Rondônia, ocuparam a Fazenda Santa Elina. No dia 19, a ordem do juiz autoriza o despejo das famílias. Em 8 de agosto, 300 policiais chegaram à

²⁶ Eric Nepomuceno, *O Massacre: Eldorado dos Carajás: uma história de impunidade* (São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007), 48.

²⁷ Binka Le Breton, *A Dádiva Maior: a vida e a morte corajosas da irmã Dorothy Stang* (São Paulo: Globo, 2008), 169.

²⁸ Eric Nepomuceno, *O Massacre: Eldorado dos Carajás: uma história de impunidade*, 19.

fazenda e na madrugada do dia seguinte, invadiram o Acampamento. Bombas de gás e tiros em todas as direções assassinam nove trabalhadores Sem Terra. O laudo do legista prova a brutalidade: “os Acampados foram executados com tiros dados pelas costas e a curta distância”. Um dos mortos, é Vanessa, uma menina de sete anos, que tentava escapar de mãos dadas com a mãe. Anos depois, na manhã de 20 de novembro de 2004, em Felisburgo, Minas Gerais, a tragédia se repete no Acampamento Terra Prometida, onde 200 famílias Sem Terra vivem o tempo da espera em luta. O dono da fazenda ocupada e 17 pistoleiros invadiram o Acampamento e a cena se conta como Massacre: tiros para todos os lados, barracos incendiados, plantação destruída pelo fogo, a Escola em cinzas, cinco mortos e vinte gravemente feridos²⁹.

O livro *O Massacre* de Eric Nepomuceno é o testemunho sobre os fatos terríveis que sacudiram o Brasil em 17 de abril de 1996, em Eldorado dos Carajás, no Pará. Ali, ao redor das cinco da tarde, 155 policiais militares abriram fogo contra 2.500 trabalhadores Sem -Terra: “Quando cessou a metralha, havia 19 mortos e 69 feridos (três deles morreram tempos depois, em consequência dos tiros)”. O escritor afirma “plena convicção de que ao menos dez das 19 pessoas (...) foram mortas a sangue-frio, (...) Foi como se não bastasse disparar contra alguém desarmado: era preciso mais. Era preciso desafogar uma fúria descontrolada e estabelecer de uma vez e para sempre qual era a punição que iria além da morte”.

O primeiro a morrer foi um surdo; não se deu conta do que se passava e se pôs bem no meio dos soldados. O Massacre de Eldorado dos Carajás transformou-se num símbolo da perversidade contra os Sem Terra e seu Movimento. Os alvos do Massacre de Eldorado, lavradores Sem Terra, militantes do MST, todos com as mesmas origens, “sobrevivendo à própria vida”. Os mortos eram pobres, muito pobres³⁰.

Anos depois, impressiona o *inventário dos padecimentos dos sobreviventes* – todos são “mutilados para a vida”. Antônio Alves de Oliveira, o Índio, “Traz, no corpo, as marcas da metralha que os alcançou naquela noite. (...) Diz que, pelas noites, ainda ouve o estrondo dos disparos, os gritos das mulheres e pode ver, nos sonhos ruins, seus companheiros mortos”. E rememora Graciano Olímpio, o Badé: “Quando o tiroteio explodiu, ele tentou correr para o mato. Caiu, foi agarrado pelas pernas por um policial militar (...) Arrastado de volta para a estrada, baleado por um tiro de fuzil, Badé implorou para não ser morto. Já havia outros policiais

²⁹ Informações recolhidas no *Jornal Sem Terra*. Acedido a 17 de Janeiro, 2018: www.mst.br/nos-sahistoria/.

³⁰ Nepomuceno, *O Massacre*, 106.

militares rodeando seu corpo estendido no chão. “Olha aí, safado, não era isso que vocês queriam?”, perguntou um deles. “Queriam terra, agora vão ter!” Foram mais três tiros. Um deles despedaçou sua cabeça³¹.

Domingos, a quem todo mundo chama de Garoto, tinha 15 anos naquela tarde de 1996, “(...) foi alvejado por mais de dez tiros. Sua perna direita ficou quase três centímetros mais curta do que a outra, e isso depois de 11 cirurgias. (...) Todas as noites, Garoto tem o mesmo sonho: está outra vez estendido no asfalto e vê como se aproxima o cano negro de um fuzil, e atrás do fuzil aparece um par de botas militares e uma voz que grita “Agora sim, eu acabo com você!”. E, então, Garoto desperta no meio da noite³².

Este *inventário dos padecimentos dos sobreviventes* do Massacre de Eldorado é aqui atualizado, a partir do magnífico trabalho do Jornal Brasil de Fato, em abril de 2017, como matéria de resistência e contra o esquecimento³³. “Todo dia, todo dia, todo dia”. É assim que Maria Raimunda, recorda o 17 de abril de 1996: “Quando eu me lembro, de noite, fecho os olhos, parece que eu estou vendo. Nunca saiu da minha cabeça. Todo o tempo”. Raimunda estava na Marcha rumo a Belém, com outras mulheres, homens e crianças, organizadas pelo MST. Reivindicavam a desapropriação da Fazenda Macaxeira, em Eldorado dos Carajás, ocupada desde novembro de 1995. Foram sete dias de Marcha. Bateu o cansaço, faltou comida; decidiram Ocupar a rodovia exigindo do governo do estado, Almir Gabriel (PSDB), alimento e transporte.

“Os policiais desceram um atrás do outro, se enfileiraram, uns com escudo, outros com arma mesmo. Os Sem-Terra gritavam: 'Não quero guerra, quero terra'. O tiroteio foi rápido”, rememora Josimar, “A gente estava no mato e dava para ouvir (...) ...Apareçam, seus covardes! Josimar foi alvejado com um tiro na perna. “Esse ferimento na minha perna até hoje tem problema. Eu tenho uma dormência, dá câimbra. Não posso andar muito a pé. Não posso nadar, pescar, que eu gostava. Então eu tenho... carregando essa sequela para o resto da vida”.

Marlene passou em torno de seis horas dentro da mata com o tio baleado. “Ele pediu para eu rasgar a roupa dele. Eu rasguei a camisa e amarramos a perna dele para parar de sangrar. Ele estava o tempo todo consciente”, relembra. Marlene

³¹ Nepomuceno, *O Massacre*, 117

³² Nepomuceno, *O Massacre*, 123.

³³ Feridas abertas: 20 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás. Jornal Brasil de Fato (Especial); “Chacina em Pau D'Arco tem as mesmas raízes do massacre de Carajás”. 31/05/2017. Ver também “Eles são mesmo índios?”, a pergunta por trás do ataque aos Gamela. Repórter Brasil – 26/06/2017; e “Ruralistas têm respaldo para fazer o que quiserem”, diz CPT – 24/04/2017. Radioagência Brasil de fato. Ver ainda na página cptnacional.org.br a página especial Massacres no Campo, onde a CPT torna públicos os registros de massacres no campo, de 1985 a 2018.

hoje sofre muito dos nervos "Na hora que eu vejo sangue eu me lembro, da perna do tio e daquele povo. Era muito sangue... a gente pisava nas poças de sangue. Eu não posso ver sangue. Eu não mato galinha, porque eu não tenho coragem. Antes eu matava. Se não tiver alguém em casa para matar uma galinha, eu não como, não, porque não tenho coragem. Eu vi muito sangue nesse dia. Acho que a pior coisa que eu vi na vida foi aquilo ali", conta à reportagem.

Seu Inácio Pereira perdeu um filho naquele dia e não quer lembrar as horas de horror vividas: "Coisa ruim a gente não conta, porque é como viver de novo". José Carlos tem uma bala alojada na cabeça. "Hoje eu não posso trabalhar. Eu não posso pegar uma enxada, pegar uma foice. Eu não posso fazer serviço nenhum. Eu não posso baixar a cabeça. Eu não posso ter alegria, eu não posso ter raiva". "É uma coisa que a gente nunca esquece. Pode estar na festa, na igreja, pode estar onde for. É uma coisa que nunca sai da cabeça da gente. Até hoje a gente se lembra das pancadas da bala, a zoada, o grito dos companheiros da gente pedindo ajuda", conta tristemente José Carlos.

Para Francinete, é muito difícil relembrar o marido, Robson Vitor, assassinado no Massacre de Eldorado. "Ele pegou três tiros. Ele pegou um tiro na fonte que saiu do outro lado, pegou um no braço e outro no abdômen. Ele tinha o cabelo grande, cortaram os cabelos dele. E as costas estavam em carne viva, não tinha couro, não. Acho que devido terem arrastado ele na pista. Ele já estava morto".

Aos relatos dos sobreviventes se seguem as palavras de agentes de pastoral, advogados e promotores passados vinte e um anos do Massacre em Eldorado e concluem: – Queriam mandar um recado ao MST! O relato de Nascimento, o promotor, em sua leitura dos laudos periciais, nos instiga a contar o caso como o caso foi: "Uma verdadeira carnificina. A quantidade de tiros é uma coisa assombrosa. No dia seguinte, nós fomos ao local e tinha cápsulas espalhadas, foram centenas de tiros". Já Afonso Batista, advogado da CPT no Pará, enfatiza "Não há dúvida nenhuma de que a polícia a serviço do Estado queria mandar um recado para os camponeses dessa região, especialmente ao MST". Para o advogado, é preciso situar o papel do MST como organizador da luta por terra e direitos na região de Eldorado dos Carajás; para ele, desde a chegada do MST na região, a luta pela reforma agrária passou a ser pública, com Ocupações massivas. Assim, era preciso "dar um freio", pois o "Movimento começou a representar um perigo aos interesses do latifúndio. (...) O objetivo do Massacre dos Carajás era impedir que o movimento sem-terra se territorializasse aqui na região. Era impor uma derrota ao MST"³⁴.

³⁴ Nepomuceno, *O Massacre*, 115.

O recente massacre de Pau D'Arco, em 2017, guarda semelhanças com o de Eldorado de Carajás. Para o advogado da CPT, há um elemento comum aos dois massacres: “tratar a questão agrária como caso de polícia, agindo na região com liberdade para tomar medidas violentas amparadas pelo compasso da impunidade. Em muitas situações, policiais trabalham como segurança de fazendas”.

Assim como em Eldorado, o massacre que vitimou os dez trabalhadores sem terra em Pau D'Arco, em 24 de maio de 2017, foi também um recado e uma demonstração do mando do latifúndio na região. “Um recado: não incomodem, não ocupem e não causem prejuízos ao latifúndio dessa região, então essas são as razões que estão por trás de um ato tão violento como foi esse aqui”.

Os relatos dos sobreviventes do Massacre que vitimou dez trabalhadores rurais na fazenda Santa Lúcia, em Pau D'Arco, no sudeste do Pará, compõem uma narrativa de terror. Segundo o relato de uma das vítimas, à reportagem do Jornal Brasil de Fato, policiais abordaram os camponeses gritando “Não corre, não, porque vai todo mundo morrer” e “bota a mão na cabeça para morrer”, diziam os policiais quando encontraram o grupo dos Sem-Terra. “Eu acordo assustada com os gritos, com as torturas e com os momentos que eu passei sozinha no mato”, recorda uma das testemunhas, no registro do Repórter Brasil. Chovia bastante naquele dia. “A polícia chegou no nosso acampamento chutando vasilhas, quebrando tudo”, conta... “Menos de dez minutos depois que a gente estava debaixo da lona esperando a chuva passar, a polícia chegou gritando e atirando”, recorda a vítima sobre o momento em que os policiais diziam para que ninguém corresse, pois “vai todo mundo morrer”.

São testemunhos que nos pedem mobilização e com-paixão. Uma delas narra como conseguiu escapar do cerco: “Eu saí correndo por debaixo da lona e consegui entrar no mato. Estava correndo, quando me deu uma ‘crise de nervo’ muito forte. Parei. Travou minhas pernas. Fiquei debaixo de uma moita escutando eles baterem e matarem as pessoas, bem próximo de mim. Estava muito perto. As pessoas gritavam: não faz isso, pelo amor de Deus!”.

Entre os mortos de Pau D'Arco, estava Jane Júlia, liderança do Acampamento. Escondida em uma moita, uma sobrevivente viu os momentos finais de dor e horror de Jane Júlia. “Eu saí correndo e ela ficou sentada, eu não sei se eles mataram ela sentada, só lembro que eles falavam: levanta para morrer velha safada, velha vagabunda, cachorra. Xingavam de vários nomes e ao mesmo tempo sorriam e atiravam. Cada pessoa que eles pegavam, eles atiravam e xingavam: ‘bota a mão na cabeça para morrer’. Outro dizia: ‘corre para morrer. Você não queria correr? Então corre para morrer’. E atirava”.

O Massacre dos dez camponeses gerou uma “segunda camada de violência”, agora sentida por aqueles que choravam seus corpos. As famílias sequer têm direito aos seus mortos, ficam sem saber como preparar um velório digno. Os corpos chegaram do Instituto Médico Legal no dia seguinte à tragédia, ao redor de meia noite, enrolados em lonas pretas, escorrendo o sangue pela carroceria da caminhonete. Pelo estado de decomposição dos corpos, não seria possível fazer velório em caixão aberto e os parentes nunca mais iriam ver seus ente queridos. No testemunho de Igor Machado, da CPT: “Isso foi terrível, a própria desumanização, foi muito indigno a forma como chegou, então uma segunda camada de violência foi adicionada, já foram mortos em um contexto de massacre e os corpos chegam nessa situação. Então isso foi muito chocante”³⁵.

Um quadro de extrema violência nestes tempos sombrios do governo ilegítimo de Michel Temer, se acumulam fatos novos (e terríveis) desde o ano de 2016 no Brasil. Em novembro daquele ano, um cerco – dez viaturas com policiais civis (não identificados) fortemente armados invadem a Escola Nacional Florestan Fernandes, um símbolo do MST. O bibliotecário voluntário da Escola, um professor aposentado, é derrubado, algemado e tem as costelas quebradas. Uma musicista é algemada. Os policiais atiraram com balas de chumbo e um deles ameaça uma das auxiliares pedagógicas: “alguém vai sair morto daqui”. Dois militantes são presos. A violência policial ataca um dos principais símbolos do MST, e logo se soube, era o “desdobramento” da “Operação Castra” voltada à perseguição de militantes do MST dos Acampamentos Dom Tomás Balduino e Herdeiros da Luta pela Terra, no Paraná. A violência do fato ativou imediata campanha internacional de solidariedade por parte de entidades várias e da comunidade de professores, pesquisadores e educadores que “entendem que é preciso sustentar com o corpo os valores civilizatórios que respaldam a ciência que ensinam”, no testemunho de Sílvia Beatriz Adoue³⁶.

³⁵ “Pau D’Arco”, *Jornal Brasil de Fato*, 30 de maio de 2017.

³⁶ Sílvia Beatriz Adoue, “Entrada violenta da polícia na Escola Nacional Florestan Fernandes – Crônica e motivos” in: *Revista Espaço Acadêmico*, ano XVII (2016). Conferir também Antonio Canuto, “A Justiça não é cega”, *Jornal Pastoral da Terra*, CPT, ano 41, 226 (2016); “‘Castrar’ a ação do Movimento, objetivo de ação policial.” in *Jornal Pastoral da Terra*, CPT, edição extra, ano 42, 228 (2017): 9.

...A FALA QUE EVOCA, A FALA QUE INVOCA

A possibilidade de enraizar no passado a experiência atual de um grupo se perfaz pelas mediações simbólicas. É o gesto, o canto, a dança, o rito, a oração, a fala que evoca, a fala que invoca.

Alfredo Bosi³⁷

Entretanto, ao falar sobre a Escola Nacional Florestan Fernandes, retomamos o fio da narrativa para tratar de determinadas práticas que dizem da experiência do Movimento e, em certa medida, explicam sua vigência ao longo de trinta e cinco anos. Ainda em sintonia com o estudo de Michael Löwy, cumpre destacar aqui do “milénarismo profano”, da “cultura sociopolítica secular” do MST, o que o Movimento cultiva enquanto Mística como expressão “de seu universo moral”. A observação de Löwy se voltou aos “rituais que animam a vida e os combates nos acampamentos do MST: celebrações, marchas, cantos, discursos”³⁸.

Seguindo a elaboração sistemática do MST, em seus coletivos de Educação, Arte e Cultura, a reflexão sobre a Mística é relevante para compreender inclusive o que aglutina, o que realiza os laços e a coesão internamente ao Movimento e deste, em diálogo com a sociedade envolvente no sentido da forja de alianças. Os documentos examinados trazem o tema como expressão da “alma do sujeito coletivo Sem Terra”. A Mística se revelaria, portanto, em termos de “uma paixão que contagia”, âncora moral em face de obstáculos, cultivo de valores que ajudam a “sacudir a poeira e dar a volta por cima”, fonte de encorajamento frente aos obstáculos da luta, humanizadora.

Para além destes enunciados, a reflexão propõe pensar a mística como vivência, como experiência humana densa e, observados os conectivos da cultura. Aqui se pode também entender no MST o expressivo lugar da reflexão em torno da história e da memória. A poesia, o teatro, a música, o canto, a dança, os gestos, os símbolos, as ferramentas de trabalho, os elementos da natureza, confluindo em sua dimensão de criação e formação, em face de um projeto calcado nos valores humanistas e socialistas³⁹.

A utopia concreta é o que se vive como Mística. É forma de alimentar espiritualmente e de modo coletivo a construção do projeto de uma nova sociedade.

³⁷ Alfredo Bosi, *Dialética da colonização* (Rio de Janeiro, 1992), 15.

³⁸ Michael Löwy, *O que é Cristianismo da Libertação: religião e política na América Latina* (São Paulo: Ed. Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016). Do mesmo autor, ver também “A Teologia da Libertação acabou?”, *Revista Teoria e Debate*, 31 (abr/mai/jun 1996).

³⁹ MST, *Caderno de Educação*, 11 (2004): 49.

A Mística é conteúdo da memória social ativando o compromisso de luta no tempo presente e expressando os valores nos ritos, nos lugares sociais, nos símbolos e nos lemas de convocação e evocação da memória dos lutadores sociais⁴⁰. Roseli Caldart, ao abordar a construção da identidade dos Sem Terra, sublinha os conteúdos da Mística na força dos gestos, no jeito de ser militante, na construção de seus símbolos. “Do chapéu de palha das primeiras ocupações de terra ao boné vermelho das marchas pelo Brasil, os Sem Terra se fazem identificar por determinadas formas de luta, pelo estilo de suas manifestações públicas, pela organização que demonstram, pelo seu jeito de ser, enfim, por sua identidade”. Em Roseli Caldart, também a distinção sobre a expressão Sem Terra, um nome próprio, no singular, em maiúscula, como designativo de identidade e autonomia do Movimento⁴¹.

A mística é percebida no MST em sua qualidade “fundamental, em termos individuais e coletivos, nas lutas de massa, nas comemorações e celebrações, nas alegrias, nas derrotas e nas vitórias. Tem o papel de nos animar, de nos revigorar para novas e maiores lutas. De nos unir e fortalecer”⁴². A Mística incorpora os momentos simbólicos da luta, e por vezes, em síntese dramática, como é o caso do Massacre de Eldorado dos Carajás, um marcador social sobre o tempo da luta, tornando o 17 de Abril, na Via Campesina, o Dia Internacional da Luta Camponesa e o Abril Vermelho, desde então, a resposta em ato contra a barbárie dos seguidos Massacres.

MARCHAS COMO IDEIAS QUE UNIFICAM OS PASSOS

Eu morreria feliz se eu visse o Brasil cheio, em seu tempo histórico, de marchas: marcha dos que não tem escola, marcha dos reprovados, marcha dos que querem amar e não podem, marcha dos que se recusam a uma obediência servil, marcha dos que se rebelam, marchas dos que querem ser e estão proibidos de ser.

Paulo Freire⁴³

Junto da mística nascem as Marchas. Por que marchamos? Esta pergunta se responde no MST com a incorporação de formas de verbalização do discurso dos

⁴⁰ Cf. *Jornal Sem Terra*, 1989.

⁴¹ Caldart, *Pedagogia do Movimento Sem Terra*, 97.

⁴² MST. *Caderno de Formação*, n.º 27 (1998).

⁴³ Entrevista de Paulo Freire. Acedido a 17 de Janeiro, 2018: <https://memoriainvencao.wordpress.com/tag/paulo-freire/>

de baixo, pensando como em James Scott. A resposta também se busca no peculiar entendimento da história pelos subalternos:

“Temos que entender que a história é como um rio cheio de curvas. Embora às vezes chova mais do que o normal, as águas que caem não tem o poder de modificar as curvas do rio. Assim é na política; às vezes, um grande esforço acaba dando pouco resultado e as curvas das injustiças não acabam na primeira mobilização”⁴⁴.

No MST, a preparação de uma Marcha – como “idéias que unificam os passos” – se dá como parte da pedagogia da luta, quando se aprende que “marchar é diferente do andar”, é “um ato de solidariedade de uns para com os outros”, pois “Ninguém pode ficar pelo caminho, porque ninguém pode marchar sozinho”. Nesta pedagogia, os que marcham léguas, formam uma convicção: “Os poderosos têm medo dos que marcham. Sabem que quem está na estrada busca chegar ao fim e lá chegando, pode ir além do que foi planejado”. Aprenderam em concreto que as Marchas e seu caráter multitudinário podem ser o potente argumento do povo organizado, inclusive porque se almeja o recuo da violência do latifúndio “diante do barulho dos passos das multidões de camponeses que se levantaram em todo Brasil”. Logo, a marcha como recado paciente aos que querem ignorar sua petição por direitos: “lá vai a sede de justiça, preparai a água para saciá-la”⁴⁵.

As Marchas no MST se encontram no sentido ritual da luta, também como aprendizado recíproco nas Romarias da Terra, realizadas desde 1978, no âmbito da CPT (desde 2000, chamadas Romarias da Terra e das Águas) se constituem como espaços de celebração, fraternidade, esperança e luta, cultivando a memória dos mártires da terra. Em suas Caminhadas de fé e resistência, os trabalhadores em Marcha, nas Romarias da Terra, denunciam o latifúndio, a violência no campo e clamam por Reforma Agrária. Ao longo do tempo, as Romarias seguem confirmando as resistências camponesas dos Sem Terra, quilombolas, indígenas, pescadores, moradores de fundo de pasto, ribeirinhos, assentados, acampados, atingidos por barragens, atingidos pela mineração, e todos os povos do campo⁴⁶.

Quem Marcha não esquece o vivido “porque marchar acima de tudo é sentimento, emoção, alegria festa e confraternização”. Embalados pelas músicas e protegidos pelas bandeiras que “andam sobre nossas cabeças avisando que estamos indo”, a Marcha é também o lugar de encontro das gerações Sem Terra, quando

⁴⁴ MST. *A luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil: documentos básicos* (São Paulo, 2005).

⁴⁵ MST. *A luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil: documentos básicos*.

⁴⁶ Cf. cptnacional.org.br; Centro de Documentação Dom Tomás Balduino da CPT – CEDOC.

“os mais velhos ensinam as crianças a buscar de mãos dadas o que pertence a quem tem a capacidade de sonhar”.

O ponto de chegada de uma Marcha é entendida desde os ritos mais caros aos trabalhadores, “A chegada é comemoração e confirmação das lutas e profecias que nos deixaram os mártires e lutadores do passado, que lutaram e acreditaram que os pobres jamais desistiriam e sempre voltariam em multidões”⁴⁷.

Os relatos sobre as chegadas das marchas compreendem seu sentido mais profundo, a ativação da solidariedade dos que esperam. Dom Tomás Balduino, num destes momentos de chegada, destaca um sentido peculiar: “A marcha vai deixar rastro...O rastro da dignidade daqueles que, mesmo tendo sido excluídos do banquete preparado para todos, não se deixam abater e lutam para conquistar o espaço que é seu e do qual foram alijados. É o rastro da fé de quem sabe que esta luta vai construindo uma nova terra”⁴⁸.

A chegada da Marcha do MST, em Brasília, em abril de 1997, é saudada por Paulo Freire em sua Carta Pedagógica, “Do direito e do dever de mudar o mundo”⁴⁹, destacando que à determinação do MST “em ajudar a democratização deste país, devemos mais do que às vezes podemos pensar. E que bom seria para a ampliação e a consolidação de nossa democracia, sobretudo para sua autenticidade, se outras marchas se seguissem à sua. A marcha dos desempregados, dos injustiçados, dos que protestam contra a impunidade, dos que clamam contra a violência, contra a mentira e o desrespeito à coisa pública. A marcha dos sem-teto, dos sem-escola, dos sem-hospital, dos renegados. A marcha esperançosa dos que sabem que mudar é possível”⁵⁰.

... AS MÃOS NO FUTURO: PEDAGOGIAS EM MOVIMENTO

O camponês quer ser projeto e não relíquia
Um Camponês Mexicano, de Querétaro⁵¹

Da Mística, das Marchas, como das Ocupações já se percebeu neste trabalho, a intenção de demonstrar na trajetória do MST, o esforço em décadas por construir

⁴⁷ MST. *A luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil: documentos básicos*, 59-63.

⁴⁸ D. Tomás Balduino, *Povo de Deus em Marcha*.

⁴⁹ Paulo Freire, *Pedagogia da indignação* (São Paulo: Unesp, 2000), 63.

⁵⁰ MST, *Caderno de Educação*, 11 (2004): 17-18

⁵¹ Dito por um camponês mexicano, de Querétaro, diante do Ministro do Desenvolvimento Agrário, no Simpósio sobre Reforma Agrária e Agricultura Familiar promovido pelo IBASE, no Rio de Janeiro, em maio de 1997.

sentidos pedagógicos à luta social. Seguindo o curso desta narrativa, se quer aqui, trazer em específico os temas articulados do projeto de educação conforme pensado no Movimento. O debate sobre o que é alfabetizar na perspectiva de um movimento popular, expressa uma opção de classe e define compromissos solidários entre os sujeitos na construção de um novo projeto de sociedade. Neste sentido, se inscreve em amplo desejo de auto-formação, na medida em que torna possível “reavivar a memória subversiva do povo, ao recordar as lutas dos trabalhadores”. Atentos ao sentido largo da educação na história dos trabalhadores, em sua luta por autonomia e libertação, a reflexão sobre os princípios pedagógicos do MST afirma: “O processo de luta é uma escola. A vida é uma escola”⁵².

Percebendo a dimensão pedagógica da luta, o Acampamento como tempo de esperança, o Assentamento como território conquistado, os relatos nos Cadernos de Educação contam histórias do cotidiano e trazem os modos de perceber “o povo sem terra por escrito”⁵³. Em julho de 1987 se realiza o 1.º Encontro Nacional de Professores de Assentamento, em São Mateus, no Espírito Santo, com a participação de professores de assentamentos em sete estados. Neste Encontro temos a semente do Setor de Educação do MST e quando algumas linhas de ação são aprovadas: a decisão de lutar por escolas; o modo de ativar esta luta por direitos; a constituição de equipes de educação; a reflexão sobre o método de educação popular; o debate sobre a escola que interessa aos Sem Terra; a incorporação do Jornal Sem Terra e dos Cadernos de Formação do MST como instrumentos da pedagogia em construção⁵⁴.

Estes passos em torno de um projeto de Educação desde que se instaura o Acampamento são construídos nos coletivos que se debruçam sobre a leitura e o estudo da obra de Paulo Freire e de outros pensadores que se vão repertoriando no esforço de elaboração conceitual da Pedagogia da Terra. De Paulo Freire anotam o compromisso dialógico em “escuta dos sem terra e sem voz” e com ele exclamam: “ninguém ensina nada a ninguém; aprendemos em comunhão”⁵⁵. Compreendem sua crítica radical à educação domesticadora: “era uma máquina de entortar pessoas” e internalizam de seu método, construído em meio aos pobres, os princípios de uma educação libertadora⁵⁶.

⁵² MST, *Caderno de Educação*, 3 (1994): 7.

⁵³ MST. *Caderno de Educação*, 3 (1994): 6.

⁵⁴ MST. *Caderno de Educação*, 11 (2004).

⁵⁵ MST. *Caderno de Educação*, 11 (2004): 8.

⁵⁶ Antonio Cechin, *Educação da Fé ao Interior de Uma Prática Libertadora*. Série: *A Palavra na Vida*. CEBI, 19 (1989): 9.

Intentando sistematizar as práticas educativas que emergem da pedagogia da luta, seguimos em busca dos Cadernos de Educação do MST, para encontrar nos fios da experiência trivial o vocabulário da pedagogia da terra. Neste sentido, a reflexão se encaminha ao ‘cotidiano das vivências’, e nestas descobrir que o sujeito em luta se depara com “vivências tão fortes que se transformam em Vivências Geradoras”. A ‘terra’ será uma vivência geradora se há nela, num território e num tempo histórico, “a força de levar as pessoas a se repensar como sujeitos”, gerando “num sem-terra, obediente e serviçal ao latifúndio, o Sem Terra capaz de cortar a cerca, ocupar a terra e fazer dela brotar o pão”. A Vivência Geradora, aqui entendida como o que brota da forja da realidade pelas mãos dos que se fazem sujeitos de história e, “trabalhada pedagogicamente, é geradora de novas vivências: novas lutas, novas posturas, novas ações”⁵⁷.

Os Cadernos de Educação elaborados pelo MST constituem registro primordial de sua reflexão ao longo de mais de três décadas e com ênfase sobre as práticas pedagógicas atualizadas a partir das matrizes que se vão experimentando em seu que-fazer. O documento a seguir apontado é exemplar desse esforço de conceptualização: “No processo de humanização dos sem-terra, e da construção da identidade *Sem Terra*, o MST vem produzindo um jeito de fazer educação que pode ser chamado de *Pedagogia do Movimento*. É do Movimento por ter o Sem Terra como sujeito educativo e ter o MST como sujeito da intencionalidade pedagógica sobre esta tarefa de fazer educação. E é também do Movimento porque se desafia a perceber o movimento do Movimento, a transformar-se transformando”. A reflexão disposta nos diversos documentos e estudos publicados pelo MST apontam na Pedagogia do Movimento os eixos e os princípios da *Pedagogia da luta social, Pedagogia da organização coletiva ou pedagogia da cooperação, Pedagogia da terra, Pedagogia do trabalho e da produção, Pedagogia da cultura, Pedagogia da escolha, Pedagogia da história*⁵⁸.

No que respeita à luta pelo direito à educação em todos os níveis, como parte do Programa da Reforma Agrária Popular, o ato de escrever, de registrar por escrito (e por impresso) é parte destacada na história do MST já nos Encontros dos Sem Terrinha ou na Ciranda Infantil. Aliás, a conquista da palavra, lida, escrita, cantada é sublinhada em “Canções e poemas da luta”, apontando que no processo da luta sobre a terra, o MST “formou cantadores e poetas da terra. Estes conquistaram sua

⁵⁷ MST. *Caderno de Educação*, 11 (2004): 45.

⁵⁸ “Como fazemos a Escola de Educação Fundamental”, *Caderno de Educação*, n.º 9 (ANO). Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. 4.ª edição, Parte 1 (Porto Alegre, 2004): 6-10.

palavra, que se faz poesia e música para animar quem ainda vem”⁵⁹. A conquista da palavra por escrito se recolhe deste depoimento militante a confirmar que na luta por Reforma Agrária,

[...] temos construído uma estreita relação com a escrita e uma densa e vasta produção cultural escrita: escrevendo canções de luta que se espalham em assembléias, marchas, ocupações; elaborando e gritando palavras de ordem para animar e conduzir a luta; registrando os pontos de pauta da reunião; produzindo e lendo o jornal Sem Terra; fazendo entrega de panfletos nas ruas durante as marchas; recuperando a memória daqueles e daquelas que morreram lutando pela justiça social; dando nome às brigadas, homenageando os lutadores e lutadoras do povo; assinando o nome nos documentos das terras que já libertamos; ouvindo e fazendo análises de conjuntura; anotando na caderneta a quantidade de litros de leite entregues na cooperativa; fazendo prestação de contas nas assembleia...⁶⁰.

Um dos debates mais alargados no MST é aquele que busca, de modo permanente, realizar os conectivos entre os processos educativos, a pedagogia da luta, os valores, a ética da solidariedade e a dimensão da cultura em comum é acentuada como cimento no cotidiano da resistência. Neste sentido, as Escolas, os Cursos de Formação, se constituem em espaços de vivência da cultura, entendida também como força material das ideias expressa “na comunicação, na arte, na criação, no cultivo dos valores, no estudo da própria história do grupo, na festa, no convívio comunitário como antídoto ao individualismo”, no direito à cultura e à memória, na criação de uma cultura de mudança, tendo “o passado como referência, o presente como vivência e antecipação do futuro, nosso projeto utópico, nosso horizonte”⁶¹.

Nos limites deste trabalho é impossível a largueza de vistas sobre o episódio educacional no MST. O que se quis, em traços largos, é informar sobre a luta por educação da terra e, em todos os níveis, permanente e alargada no programa do MST. Neste sentido, se traz aqui, inclusive almejando novos estudos, a experiência em curso da Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema, São Paulo. Seu projeto, consoante a história do internacionalismo da classe trabalhadora, marca também no nome uma justa homenagem ao mestre Florestan.

⁵⁹ MST, *Caderno de Educação*, 11 (2004). “Educação de Jovens e Adultos”, in *1984-2004: 20 anos de luta por um Brasil sem latifúndio!*, parte I (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2004), 66.

⁶⁰ MST, *Caderno de Educação*, 11 (2004): 61.

⁶¹ MST. *Caderno de Educação*, 8 (1996): 20.

A história da construção da Escola em Guararema é muito bonita: brigadas de militantes chegavam de seus assentamentos e aprendiam a estudar enquanto erguiam a Escola. É o que nos conta Manoel Bernardo, mais conhecido como Carço, um acampado do Ceará, chegou à Escola numa brigada de em 2004 para a tarefa de ajudante de pedreiro. Segundo ele, “ao levantar os tijolos da ENFF, conseguiu levantar também os seus próprios alicerces”. Carço conta que conseguiu estudar e viu muitos de seus companheiros fazendo o mesmo: “Aprendi sobre a vida e os meus direitos. A experiência de participar de uma obra onde não havia chefe e nem mestre de obras, onde todos eram voluntários ao mesmo tempo em que eram aprendizes, coordenadores, discutiam, organizavam. Aqui aprendemos que o estudo e o trabalho são fundamentais para a formação de homens e mulheres”, afirma.

Uma história de solidariedade, a que se juntaram José Saramago, Chico Buarque e Sebastião Salgado. Do livro *Terra* saltaram as fotografias de Salgado interpelando “seja como for, os deserdados da terra alimentam a esperança de melhores dias”; a escrita de Saramago lavrava em terra fértil: “Milhões de famílias de trabalhadores rurais que precisam de terra e não a tem, terra que para eles é condição de vida, vida que já não poderá esperar mais” e a palavra de Guimarães Rosa na canção por Chico Buarque: “Quando eu morrer, que me enterrem/ na Beira do Chapadão/ Contento com minha terra/ Cansado de tanta guerra/ Crescido de Coração”.

Lugar de formação, enfrentando conjunturas adversas, a Escola Nacional é um experimento de participação, unidade, disciplina e compromisso com as lutas do povo trabalhador, como se pode perceber inclusive desde a nomeação de cada um de seus espaços: Auditórios Pagu, Rosa Luxemburgo, Patativa do Assaré; Refeitório Josué de Castro, Ciranda Infantil Saci Pererê, Casa das Artes Frida Kahlo, Campo de Futebol Dr. Sócrates... E o mais bonito de tudo é sua Biblioteca, livros abertos ao estudo e tratados com o zelo da solidariedade. A Biblioteca Antonio Candido, uma homenagem ao Mestre, que ali plantou uma árvore e disse uma de suas mais belas lições quando de sua inauguração. E por entre as árvores, os canteiros floridos, as hortas, encontramos também tocantes homenagens à memória da luta social e das revoluções.

Um Balanço da questão agrária brasileira em 2017, divulgado pela Comissão Pastoral da Terra, demonstra um ano sangrento em 2017, a exigir resistência e teimosia dos povos da terra, das águas e das florestas. Na sequência do Golpe de 2016, foi um ano marcado pelos ataques aos direitos conquistados, pelos retrocessos atingindo principalmente os pobres e a natureza. Um tempo de terror e crueldade

com a generalização da violência no campo com 65 assassinatos, ocorrência de chacinas e massacres, como em Colniza, no Mato Grosso, em abril de 2017, com a tortura e o assassinato por pistoleiros a soldo de madeireiros da região, de nove posseiros do Assentamento Taquaruçu do Norte. Em Vilhena, em Rondônia, em maio, com o assassinato de três trabalhadores rurais. Em Lençóis, na comunidade de Iúna, na Bahia, oito quilombolas foram assassinados. Ataques violentos são desferidos ao povo indígena Gamela, em Viana, no Maranhão, com 13 índios feridos, um deles alvejado pelas costas e outro com suas mãos decepadas⁶².

Nem bem o ano de 2018 começava e o choro de Pesar e Repúdio, o Luto exigindo Luta sobre a triste notícia do assassinato de Márcio Matos, dirigente do MST no estado da Bahia. Marcinho foi assassinado com três tiros, na noite de 24 de janeiro de 2018, em sua casa, na frente de seu filho, no Assentamento Boa Sorte, em Iramaia, na Bahia.

Nem bem o dezembro de 2018 chegava e na noite de sábado, do dia 08, no Acampamento Dom José Maria Pires, em Alhandra, na Paraíba, dois militantes: José Bernardo, o Orlando, e Rodrigo Celestino foram assassinados por capangas encapuzados e fortemente armados. João Pedro Stédile, ecoando nossas vozes, situa o grave fato da execução dos dois militantes como “resultado da propaganda de violência e impunidade que o capitão neofascista fez durante a campanha eleitoral”. E cito também Paulo Sérgio Pinheiro: “Depois de 30 anos de promoção do Estado de Direito e da democracia, a eleição de um presidente de extrema direita representa um grande risco para todo progresso que tivemos na área de direitos humanos”.

Em 2018, os assassinatos decorrentes de conflitos no campo no Brasil chegam a 106 – treze eram militantes do MST. Também é grande a perseguição, o número de prisões e inquéritos contra militantes dos movimentos populares. As ameaças de despejo chegam a 152 acampamentos do MST neste dezembro de 2018. Meses se passaram e os assassinos de Marielle Franco permanecem impunes!

Resistência ativa é a expressão mais firme pronunciada em todos os Encontros Estaduais do MST neste dezembro de 2018. Apoio Mútuo, Júbilo e Esperança é o que se viu nas Solenidades de Formatura da Juventude Sem Terra em cursos de graduação em várias Universidades Públicas no Brasil. Estudo, Leitura e Escrita frutificaram em 2018 e como inspiração o Centenário de Antonio Cândido e os 80 Anos de publicação do *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire. Coletivos de Mulheres do MST atualizam o debate do feminismo radical e o Coletivo Sem Terra LGBT luta por uma sociedade sem preconceitos. Muita alegria e encontro com a palavra escrita de milhares de camponeses, homens e mulheres, é o que se

⁶² Acedido a 17 de Janeiro, 2018: www.mst.org.br.

observa no imenso programa de Alfabetização Sim, Eu posso!, realizado pelo MST no Maranhão. E em 2018, assistimos um dos mais bonitos e massivos Encontros dos Sem Terrinha, reunindo em Brasília a infância Sem Terra de Acampamentos e Assentamentos de norte a sul do Brasil. Também em 2018, se viu muita coragem e disposição de luta nos Coletivos de Arte e Cultura, nas Feiras da Reforma Agrária Popular e por Soberania Alimentar, nas Brigadas de Solidariedade Internacional em África e na Palestina, nos encontros da Via Campesina Internacional.

Pela palavra de Pepe Mujica se vai terminando este escrito de testemunho em torno da memória, cultura e resistência no MST, como um convite a seguir na estrada, em Marcha!

O que seria deste mundo sem militantes? Como seria a condição humana se não houvesse militantes? Não porque os militantes sejam perfeitos, porque tenham sempre a razão, porque sejam super-homens e não se equivoquem. Não é isso. É que os militantes não vêm para buscar o seu, vem entregar a alma por um punhado de sonhos⁶³.

⁶³ Acedido a 9 de Dezembro, 2018: www.mst.org.br.